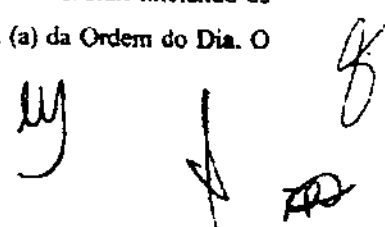


COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR
CNPJ/ME: 06.272.793/0001-84
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA
ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2001.**

Aos 04 (quatro) dias do mês de maio de 2001, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na capital do Estado do Maranhão, na Av. Colares Moreira, nº 477, Renascença, compareceram em Assembléia Geral Extraordinária os acionistas da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas nº 02, às folhas 33 v., presente também o Sr. Pedro Almeida Santos, representando o Conselho Fiscal da Companhia. Verificado o quorum legal para instalação e deliberação, o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Luis Alfredo Barros Pinto, declarou regularmente instalada a Assembléia e assumiu a presidência, conforme disposto no *caput* do art. 22 do Estatuto Social da Companhia, e indicou para secretariar os trabalhos a Sra. Maria Zélia Leite Oliveira. A seguir, o Presidente da Mesa informou que protestos, questionamentos e dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deveriam ser apresentados por escrito à Mesa que, para esse fim seria representada pelo Secretário da Assembléia. Expôs que a Assembléia se reunia conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão nas edições dos dias 26, 27 e 28 de abril de 2001 e no Jornal O Estado do Maranhão nas edições dos dias 26, 27 e 28 de abril de 2001, com a seguinte ordem do dia: (a) autorizar a Companhia a proceder a emissão de 15.000 debêntures não conversíveis em ações para distribuição pública, em série única e com garantia flutuante, no valor total de R\$150.000.000,00, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e (b) outros assuntos de interesse social. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa passou à apreciação do item (a) da Ordem do Dia. O



Sr. Presidente esclarecem que a presente Assembleia tem como único objetivo autorizar a Companhia em proceder a emissão de debêntures para distribuição pública ("Debêntures"), com as seguintes características: (i) valor total da emissão e séries: o valor total da emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), em uma única série; (ii) valor nominal da emissão e quantidade: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo que serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures; (iii) garantia: as Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, gozando de privilégio geral sobre ativos da Companhia, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76; (iv) condições de correção monetária: não haverá correção monetária; (v) tipo e forma: as Debêntures serão do tipo não conversíveis em ações, emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; (vi) data de emissão: a data de emissão será 1º de junho de 2001; (vii) prazo e data de vencimento: o prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2006; (viii) pagamento do valor nominal: o valor nominal será pago em 1 (uma) única parcela, ocorrendo o pagamento em 1º de junho de 2006, por ocasião do vencimento das Debêntures; (ix) remuneração: sobre o Valor Nominal incidirá, a partir da data de emissão, uma taxa de remuneração pré-fixada ou pós-fixada, acrescida ou não de sobretaxa, cujo período de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos posteriormente por este Conselho, sendo que para o primeiro período de incidência de remuneração, que terá início na data de emissão e encerramento 12 (doze) meses após a data de emissão, a taxa de remuneração das Debêntures será de 100% (cem por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa Di over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, acrescida da sobretaxa correspondente ao percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 1% (um por cento) ao ano; (ix.a) periodicidade de pagamento da remuneração do primeiro período de incidência: a remuneração do primeiro período de incidência será paga semestralmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de


dezembro de 2001 e o segundo, em 1º de junho de 2002; (x) colocação: as Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores e de eventuais instituições financeiras subcontratadas que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures; (xi) prazo de subscrição e forma de integralização: respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data de integralização. Submetida à discussão e, em seguida, à votação, a matéria constante do item (a) da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes e sem quaisquer restrições. Por fim, o Sr. Presidente informou que delegará ao Conselho de Administração da Companhia a competência para (i) alterar, se necessário, as matérias dispostas na Escritura de Emissão, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; e (ii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria, sendo aprovada por todos os acionistas presentes e sem quaisquer restrições. Esgotados os assuntos da Ordem do Dia e nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi efetuada a leitura da ata. Procedida a leitura, a ata foi aprovada pelos presentes como fiel reprodução das matérias e deliberações havidas na assembléia e assinada pelos componentes da mesa e pelos acionistas presentes. São Luís, 04 de maio de 2001.

911

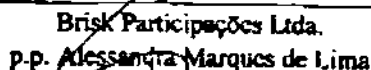
(Folha de assinaturas da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, realizada em 04 de Maio de 2001)



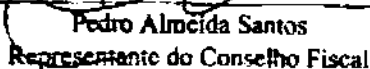
Luis Alfredo Barros Pinto
Presidente



Maria Zélia Leite Oliveira
Secretária



Brisk Participações Ltda.
p.p. Alessandra Marques de Lima



Pedro Almeida Santos
Representante do Conselho Fiscal